

Em colaboração com

 accenture

UN 

programa
ambiental

iniciativa
financeira

Princípios para
Responsabilidade
Bancária

O caminho em direção à neutralidade de carbono: a jornada de mitigação das mudanças climáticas para os bancos

Um panorama integral das capacidades empresariais que os bancos devem considerar desenvolver e avançar ao longo do tempo, a fim de alinhar seus modelos de negócios e operacionais à mitigação das mudanças climáticas

 Maio de 2024

As designações utilizadas nesta publicação e a forma como alguns dados são apresentados não implicam, por parte do Secretariado das Nações Unidas, expressão de opinião sobre a situação jurídica de qualquer país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades, ou sobre a delimitação de suas fronteiras ou limites.

A menção de uma empresa ou produto comercial neste documento não implica o endosso do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente ou dos autores. Não é permitido o uso de informações deste documento para publicidade ou propaganda. Os nomes e símbolos das marcas registradas são usados de forma editorial, sem intenção de infringir as leis de marcas registradas ou direitos autorais.

As opiniões expressas nesta publicação pertencem aos autores e não refletem necessariamente as opiniões do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Lamentamos quaisquer erros ou omissões que possam ter sido cometidos involuntariamente.

Citação sugerida: Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (2024). O caminho em direção à neutralidade de carbono: a Climate Mitigation Journey (CMJ, na sigla em inglês) para os bancos. Genebra.

Autores

Orestis Velentzas

Líder de mitigação das mudanças climáticas e bancos, UNEP FI

Nina Jais

Líder de sustentabilidade para serviços financeiros para a Europa, Accenture

Carlota Gómez Tapia

Consultora de estratégia de sustentabilidade, Accenture

Agradecimentos

Os seguintes colegas da UNEP FI contribuíram significativamente para a conceituação e desenvolvimento da Climate Mitigation Journey para os bancos.

Remco Fischer

Líder do setor de clima

Simone Dettling e Puleng Ndjwili-Potele

Colíderes do setor bancário

Johanna Dichtl

Líder de diretrizes de implementação bancária

Sarah Kemmitt

Secretária principal, Aliança Bancária de Emissões Zero

David Carlin

Líder do Programa de Riscos Climáticos

Maria Sosa Taborda

Gerente de coordenação regional e associação

A UNEP FI também gostaria de agradecer ao Secretariado da GFANZ (Glasgow Financial Alliance for Net Zero, ou "Aliança Financeira de Glasgow para Zero Emissões Líquidas) e aos diretores regionais da GFANZ (Alan Gomez, Timothy Afful-Koomson e Yuki Yasui) por seu apoio e sua contribuição em aspectos da Climate Mitigation Journey, incluindo o planejamento da transição. A GFANZ e a UNEP FI continuarão colaborando para envolver as instituições financeiras na transição para a neutralidade de carbono e apoiar o desenvolvimento das capacidades necessárias para transformar em ação os compromissos de emissões líquidas zero das instituições financeiras.



Índice

Resumo executivo	v
Introdução	1
O imperativo da mitigação das mudanças climáticas para os bancos	1
Panorama do setor bancário	2
A Climate Mitigation Journey para os bancos	4
Uma abordagem integral da mitigação das mudanças climáticas para o setor bancário	4
Compreensão da Climate Mitigation Journey para os bancos	5
Visão geral da Climate Mitigation Journey para os bancos	6
Adoção da Climate Mitigation Journey por parte dos bancos	20
Uso prático da Climate Mitigation Journey por parte dos bancos	20
Recomendações e próximos passos	23
Apêndice	24
Referências	27

Resumo executivo

Os bancos estão enfrentando uma pressão cada vez maior para acelerar seus esforços de mitigação das mudanças climáticas, impulsionados por riscos relacionados ao clima e à transição relacionados a seus portfólios, acordos climáticos intergovernamentais internacionais (como o Acordo de Paris), evoluções regulatórias e as expectativas elevadas de investidores e clientes. O imperativo de que o setor bancário faça uma transição para uma economia de emissões líquidas zero não é mais algo opcional: é um empreendimento essencial. Atualmente, muitos bancos assumiram compromissos climáticos por meio da estrutura dos Princípios para Responsabilidade Bancária da UNEP FI e seu acelerador climático, a Aliança Bancária de Emissões Zero, e deram passos importantes em direção à mitigação das mudanças climáticas. No entanto, muitas vezes não havia um plano de ação claro sobre como operacionalizar efetivamente as abordagens de descarbonização. Outros bancos estão hesitando em assumir compromissos climáticos e ainda estão pensando qual abordagem de zero líquido adotar. Em ambos os casos, há vários desafios que os bancos enfrentam na trajetória deles rumo à neutralidade de carbono, incluindo os seguintes:

- **Falta de uma visão integral universalmente aceita a respeito das implicações da mitigação das mudanças climáticas:** a maioria dos bancos que querem progredir rumo à neutralidade de carbono não tem clareza sobre onde estão e onde precisam estar em sua jornada climática e como as diferentes iniciativas climáticas se complementam.
- **Padrões e metodologias em constante evolução:** os bancos que pretendem avançar em diversos aspectos da mitigação das mudanças climáticas devem aproveitar padrões e metodologias que evoluem rapidamente, e se manter constantemente a par deles.
- **Diversidade de estruturas:** há uma ampla gama de estruturas fornecidas por diferentes órgãos que os bancos podem utilizar em vários aspectos da mitigação das mudanças climáticas. Os bancos têm dificuldade em descobrir como todas essas estruturas se interconectam, quem devem abordar e quando fazer isso.
- **Integração limitada do contexto regional:** atualmente, algumas das estruturas existentes dão pouca atenção aos componentes regionais. Por exemplo, faltam cenários climáticos específicos para cada país e trajetórias setoriais que os bancos possam usar para definir metas.
- **Disponibilidade de dados sobre as emissões e o clima:** o acesso a dados precisos sobre as emissões e o clima é essencial para que os bancos possam progredir nos vários aspectos da mitigação das mudanças climáticas. No entanto, a disponibilidade e a qualidade desses dados continuam deficientes em muitas regiões.

Além dos aspectos mencionados anteriormente, muitos bancos operam em diversas jurisdições, por isso, enfrentam outro nível de complexidade que torna cada vez mais desafiador para os bancos entenderem e priorizarem suas iniciativas e ações climáticas. Diante desses desafios, é imperativo que os bancos adotem uma abordagem estratégica que envolva um

exercício plurianual de mudanças transformadoras substanciais em toda a organização. Nesse sentido, os Princípios para Responsabilidade Bancária da UNEP FI descrevem seis princípios básicos que os bancos signatários se comprometem a incorporar em todas as suas áreas de negócios nos escopos estratégico, de portfólio e transacional. Por meio da implementação desses princípios, os bancos podem estabelecer as bases para empreender uma abordagem estratégica rumo à neutralidade de carbono. Com base nos PRB, este documento apresenta o conceito de **Climate Mitigation Journey (CMJ) para os bancos** — uma estrutura de estratégia climática que os bancos podem usar para avaliar sua posição em termos de jornada climática e adaptar sua abordagem de implementação com base em sua maturidade em termos de clima e seu contexto. Em particular, o documento:

- Apresenta três blocos de capacidade que descrevem todas as competências empresariais que os bancos devem desenvolver e executar nos próximos anos, à medida que avançam em seu caminho rumo a emissões líquidas zero;
- Mapeia os padrões, metodologias e estruturas relevantes, bem como os agentes do ecossistema bancário de emissões líquidas zero com os quais os bancos devem se envolver em cada um dos três blocos de capacidades;
- Descreve como os bancos devem considerar a integração de componentes regionais ou nacionais em cada um dos três blocos de capacidade, como, por exemplo, as políticas climáticas e os requisitos regulatórios.

Aproveitando o conceito da CMJ, o documento destaca as principais considerações para sua aplicação prática por parte dos bancos. Dada a ampla gama de atividades que os bancos desenvolvem, este documento se concentra exclusivamente nas atividades de empréstimo no contexto da mitigação das mudanças climáticas. Além disso, ao se considerar que as emissões financiadas por um banco (aquelas associadas a empréstimos e investimentos — emissões do Escopo 3) podem ser cerca de 700 vezes maiores do que suas emissões diretas (Climate Disclosure Project, 2021), a ênfase principal está em abordar a redução dessas emissões, em vez das emissões do Escopo 1 e 2 dos bancos, decorrentes de suas próprias operações.

Introdução

O imperativo da mitigação das mudanças climáticas para os bancos

A mitigação das mudanças climáticas e a concretização dos objetivos de emissões líquidas zero ganharam destaque no setor de serviços financeiros. A COP26 marcou um avanço monumental, pois as empresas de serviços financeiros se comprometeram a empenhar a cifra de US\$ 130 trilhões em ativos sob gestão para a transição para emissões líquidas zero em seus portfólios. Os avanços posteriores da COP27 e da COP28 elevaram esse compromisso para US\$ 150 trilhões em ativos sob gestão, e a COP28 sinalizou um afastamento em relação aos combustíveis fósseis. Os bancos, incluindo aqueles que lideraram esforços significativos para descarbonizar seus portfólios até o momento, agora enfrentam uma pressão crescente de diversas partes interessadas para acelerarem seus esforços de mitigação das mudanças climáticas. Reguladores, formuladores de políticas públicas, investidores, clientes e agentes da sociedade civil não estão apenas instando os bancos a abordar as preocupações climáticas — eles os estão pressionando para assumir a liderança no campo do financiamento verde e de transição climática. Em particular:

- **Os reguladores e os formuladores de políticas públicas** estão transformando as mudanças climáticas em uma prioridade máxima. Os bancos enfrentam um panorama regulatório cada vez mais rigoroso, no qual as medidas de mitigação das mudanças climáticas são ou acabarão sendo obrigatórias. Por exemplo, na Europa, com a implementação da [Diretiva de Relatórios de Sustentabilidade Corporativa \(tradução livre de "Corporate Sustainability Reporting Disclosure", ou CSRD\)](#) e dos [European Sustainability Reporting Standards \(ESRS\)](#) que se concentram especificamente nas mudanças climáticas, as empresas da UE — incluindo os bancos — têm a obrigação de reportar seus planos de transição para as mudanças climáticas e delinear as ações e políticas empreendidas para a mitigação e a adaptação a elas (EFRAG, 2022). Outros países avançam em seu próprio ritmo; por exemplo, o governo do Reino Unido se comprometeu a realizar consultas sobre a introdução de requisitos para que suas maiores empresas divulguem seus planos de transição ("Transition Plan Taskforce" de 2023); a Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (SEC, na sigla em inglês) adotou recentemente regras para aprimorar e padronizar a divulgação de dados climáticos por parte de empresas públicas. Por sua vez, Brasil, Colômbia, Japão, Egito e Emirados Árabes Unidos são apenas alguns dos países que introduziram requisitos de divulgação de dados climáticos para os bancos, visando promover a transparência e a prestação de contas. Independentemente da localização, espera-se que o ritmo dos avanços regulatórios aumente. Portanto, ao adotar uma abordagem proativa e aderir a estruturas voluntárias, como os [Princípios para Responsabilidade Bancária](#) da UNEP FI e seu acelerador climático, a [Aliança Bancária de Emissões Zero](#), os bancos estarão bem preparados para as próximas regulamentações e poderão navegar pelas normas futuras com agilidade.
- Paralelamente, os **investidores** estão instando ativamente os bancos a gerenciar efetivamente os riscos climáticos associados aos seus portfólios e a expandir seu financiamento de iniciativas verdes e de transição climática, refletindo uma demanda crescente por opções de investimento que respeitem o meio ambiente. Os investidores institucionais exercem cada vez mais influência nessa direção por meio de diversas iniciativas, como a [Net-Zero Asset Owner Alliance \(NZAOA\)](#),

uma iniciativa liderada por membros de investidores institucionais comprometidos com a transição de seus portfólios de investimento para a neutralidade de carbono até 2050, e a [Climate Action 100+](#), uma aliança de 700 investidores globais que contam com US\$ 68 trilhões em ativos sob gestão e que estão pressionando os maiores emissores de gases de efeito estufa do mundo para tomar as medidas necessárias em relação às mudanças climáticas. Os investidores não só participam ativamente do processo, como também há um apetite crescente por produtos de financiamento verde e de transição climática entre investidores institucionais e de varejo. De fato, os investimentos sustentáveis cresceram para US\$ 30,3 trilhões em 2022 — um aumento de 20% desde 2020 que reflete a crescente demanda e a mudança em direção a um aumento das finanças sustentáveis (Global Sustainable Investment Alliance, 2023).

- **Clientes bancários e de diversos segmentos**, sejam eles clientes de varejo, pequenas empresas ou grandes corporações, estão buscando ativamente bancos que liderem iniciativas de financiamento verde e de transição climática. Na verdade, segundo a Bloomberg, 2023 testemunhou novos recordes nas vendas de títulos verdes por parte de empresas e governos, que subiram para US\$ 575 bilhões, um aumento em relação a 2022 (Bloomberg, 2024). Os bancos estão numa posição particularmente favorável para oferecer financiamento de transição climática aos seus clientes, pois podem aproveitar suas estreitas relações com eles (Comissão Europeia, 2023).
- **Os agentes da sociedade civil** também perceberam o papel instrumental dos bancos para avançar em direção a uma economia de emissões líquidas zero, por isso, pressionam cada vez mais o sistema bancário para promover a agenda por meio de várias iniciativas, como a [Bankers for Net Zero](#). Espera-se que essas iniciativas continuem crescendo no futuro. Atualmente, a UNEP FI trabalha com 12 organizações da sociedade civil que constituem um órgão consultivo encarregado de apoiar os bancos signatários do PRB e fazê-los prestar contas em relação ao seu compromisso, que, para a maioria dos signatários, inclui sua jornada climática.

Além das forças motrizes mencionadas, o imperativo de que os bancos se alinhem com a mitigação das mudanças climáticas apresenta uma oportunidade substancial de financiamento. Estima-se que serão necessários US\$ 4,5 trilhões a cada ano até 2030 em investimentos em energia limpa para alcançar a neutralidade de carbono até 2050 (Associação Internacional de Energia, 2021), por isso, a adoção de produtos de financiamento verde e de transição climática não é apenas a coisa certa a se fazer, mas também apresenta uma oportunidade de financiamento única para os bancos. Neste agitado ambiente de transição climática, haverá pioneiros e seguidores, vencedores e perdedores, tanto nos segmentos de setores subjacentes de portfólio, quanto no próprio setor bancário. Portanto, é imperativo que os bancos se posicionem estrategicamente na corrida rumo ao financiamento sustentável e planejem de forma lucrativa a descarbonização de seus portfólios.

Panorama do setor bancário

O embarque na mitigação das mudanças climáticas representa para os bancos uma transformação multifacetada e plurianual, que acabará repercutindo em todos os aspectos de seus modelos empresariais e operacionais. Embora muitos bancos tenham embarcado nessa jornada de transformação ao aderir aos [Princípios de Responsabilidade Bancária](#) da UNEP FI e seu acelerador climático, a [Aliança Bancária de Emissões Zero](#), à medida que os padrões, metodologias, políticas públicas e regulamentações evoluem, a forma de moldar essa transformação ainda está sendo elaborada, e as abordagens adotadas por diferentes bancos variam significativamente. Por exemplo, em uma recente pesquisa com bancos sobre compromissos com a neutralidade de carbono, um banco destacou a falta de uma "abordagem conjunta entre a linha de frente e as equipes de back-

office", expressando a considerável dificuldade de traduzir os objetivos de emissões líquidas zero em estratégias práticas (Accenture, 2022).

Nos **setores bancários mais maduros**, particularmente na Europa, onde as políticas e regulamentações estão mais avançadas, a maioria das grandes instituições estabeleceu com sucesso um parâmetro de capacidades climáticas, concentrando-se predominantemente na apresentação de relatórios e na gestão de riscos em relação ao clima. Esses bancos assumiram compromissos com a neutralidade de carbono, estabeleceram metas iniciais e agora pretendem expandir esses recursos e progredir rumo à implementação prática. No entanto, apesar dos progressos significativos nesta região, ainda há muito trabalho a ser feito para estabelecer um bom conjunto de capacidades climáticas. De fato, segundo o último relatório do Banco Central Europeu sobre gestão de riscos climáticos, apenas 40% dos bancos da UE incluíram os riscos climáticos na estrutura de testes de estresse e, dentre eles, apenas 19% a usam para fundamentar seu processo de concessão de empréstimos (Banco Central Europeu, 2022). Isso ilustra que, mesmo dentro de setores bancários mais maduros, as grandes instituições enfrentam desafios na hora de desenvolver capacidades climáticas sólidas. Essas dificuldades decorrem de vários fatores, incluindo questões relacionadas à disponibilidade de dados em relação às contrapartes. Os agentes bancários menores estão agora seguindo esse exemplo, e a fronteira do progresso é definida pela qualidade de seu trabalho com clientes de pequenas e médias empresas que, em alguns casos, ficam atrás das grandes corporações em termos de disponibilidade de dados.

Nos **mercados emergentes e economias em desenvolvimento** (EMDEs, na sigla em inglês), os bancos também estão tomando cada vez mais as medidas necessárias para a mitigação das mudanças climáticas, ao criarem parâmetros para as capacidades climáticas e estabelecerem seus compromissos com a neutralidade de carbono, juntamente com suas metas iniciais. A partir de 2023, 66 signatários dos PRB que eram EMDEs incluíram o clima como área de impacto, enquanto 35 aderiram ao seu acelerador climático, a Aliança Bancária de Emissões Zero. No entanto, a maioria dos bancos de EMDEs enfrenta desafios adicionais para progredir, principalmente devido a ambientes políticos e regulatórios menos maduros e à natureza menos avançada das divulgações de dados climáticos, dos compromissos de mitigação e das tecnologias nessas regiões. Isso fica evidente ao examinarmos o progresso e a implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês) de diferentes países, pois elas refletem diretamente os esforços nacionais para reduzir as emissões. Por exemplo, isso engloba a taxa de descarbonização da rede energética de um país, pois isso tem impacto direto nas emissões financiadas pelos bancos que operam nesse país.

Em geral, alguns progressos significativos foram feitos nos últimos anos. Por exemplo, 62% dos signatários dos PRB estão apoiando atualmente a transição de seus clientes para uma economia de baixo carbono ou estão estabelecendo um processo de participação para fazê-lo, conforme descrito no [Relatório sobre o Progresso dos PRB 2023](#), enquanto mais da metade dos membros da [Aliança Bancária de Emissões Zero](#) estabeleceram metas intermediárias de descarbonização, conforme descrito no [Relatório sobre o Progresso da NZBA 2023](#). No entanto, apesar desses avanços, o progresso entre os bancos parece variar consideravelmente. Por exemplo, de acordo com pesquisas recentes, 41% dos bancos estão fora dos trilhos e estão aumentando as emissões (Accenture, 2023). Um estudo específico sobre bancos demonstrou que apenas 12% estão atualmente em vias de alcançar a neutralidade de carbono para os Escopos 1 e 2 até 2050, e menos de 5% para o Escopo 3, especificamente a categoria 15, que abrange as emissões financiadas (Accenture, 2022).

A Climate Mitigation Journey para os bancos

Uma abordagem integral para a mitigação das mudanças climáticas no setor bancário

Conforme descrito nas seções introdutórias deste documento, os bancos enfrentam alguns desafios na trajetória rumo à neutralidade de carbono. Esses desafios podem diminuir gradualmente, mas é improvável que desapareçam por completo. Nesse contexto, é importante definir uma visão integral consistente das implicações da mitigação das mudanças climáticas para os bancos, pois isso pode ajudar a aliviar alguns dos desafios que os bancos enfrentam, permitindo que adotem uma abordagem mais estratégica. A adoção de tal abordagem pode ajudar os executivos e profissionais em vários aspectos do planejamento e da realização de seus esforços de descarbonização, incluindo os seguintes:

- Fundamentar o desenvolvimento ou o avanço de estratégias de descarbonização responsáveis e práticas, que permitam a **realização de sinergias** entre as iniciativas climáticas existentes.
- Avaliar a maturidade das iniciativas climáticas existentes por meio de uma abordagem integral e identificar **lacunas e oportunidades** para acelerar a ação em diferentes áreas;
- Desenvolver uma compreensão clara de como os diferentes padrões, metodologias e estruturas **se complementam** e com quem se envolver em cada etapa da jornada;
- Revisar e **priorizar o investimento em transformação** por meio das iniciativas climáticas existentes, como os produtos de financiamento verde e de transição e infraestrutura de dados que podem impulsionar o crescimento dos negócios;
- Mitigar os riscos climáticos e **se preparar para o futuro** em relação às políticas e regulamentações públicas atuais e em constante evolução, bem como às expectativas das partes interessadas nos mercados em que opera;
- Desenvolver uma compreensão clara de como **as políticas e regulamentações públicas** em constante evolução nos mercados de atuação se relacionam com os diferentes aspectos da jornada integral;
- Desenvolver uma compreensão clara dos **componentes regionais e/ou nacionais** que os bancos devem levar em conta ao desenvolver sua abordagem em relação a diferentes aspectos da jornada integral;
- Planejar e coordenar a realização de **exercícios de desenvolvimento de capacidades** em todos os diferentes níveis organizacionais, incluindo as equipes empresariais e operacionais, e as funções corporativas.

Compreensão da Climate Mitigation Journey para os bancos

Com base nos [PRB](#), a **Climate Mitigation Journey (CMJ) para os bancos**, apresentada nesta seção, é uma estrutura de estratégia climática que descreve as capacidades empresariais relevantes que os bancos devem considerar desenvolver e implementar nos próximos anos, à medida que buscam se alinhar individualmente aos seus objetivos independentes de emissões líquidas zero. A estrutura visa apresentar uma abordagem integral universalmente aceita para a mitigação das mudanças climáticas no setor bancário, que desenvolva uma linguagem compartilhada entre os bancos e outros agentes do ecossistema e aprimore o acesso aos materiais e diretrizes disponíveis até o momento, bem como o debate entre os pares.

A CMJ não está completa

A estrutura proporciona uma visão abrangente das diferentes capacidades empresariais que todos os bancos — independentemente da região ou da maturidade em relação ao clima — devem considerar desenvolver e avançar ao longo do tempo, à medida que buscam se alinhar individualmente aos seus objetivos independentes de emissões líquidas zero. No entanto, é essencial reconhecer que, embora a CMJ ofereça uma visão abrangente das áreas em que se concentrar, ela pode não abranger todos os aspectos. Por exemplo, o documento exclui deliberadamente o mapeamento regional e local de agentes e regulamentações para manter seu caráter e aplicabilidade globais. Contudo, esses agentes e reguladores podem ser facilmente mapeados na CMJ, que delinea as áreas mais importantes nas quais os bancos devem avançar em sua jornada rumo à mitigação das mudanças climáticas.

As capacidades e subcapacidades descritas na CMJ são dinâmicas, não estáticas nem de uso único

Os bancos começam construindo um parâmetro em relação a cada uma dessas subcapacidades. Em seguida, devem aperfeiçoá-las constantemente, à medida que as diretrizes, as estruturas, as metodologias, as políticas, a regulamentação e a qualidade dos dados evoluem. Esse processo é dinâmico, recorrente e contínuo, reconhecendo que pode nunca haver um desfecho definitivo. Por exemplo, os bancos podem começar hoje criando um parâmetro de gerenciamento de riscos climáticos, que devem aperfeiçoar constantemente em alinhamento com a ciência sobre o clima, à medida que os cenários se tornam mais detalhados e os requisitos de divulgação de dados evoluem. Outro exemplo é que, à medida que as técnicas de coleta de dados se aprimoram e a IA ajuda a preencher hipóteses sobre as qualidades do plano de transição, os bancos podem ampliar sua compreensão das estratégias de redução setorial e aperfeiçoar persistentemente suas capacidades em torno dos planos de transição e do engajamento deles.

A CMJ não é uma estrutura linear ou em cascata

Não existe uma regra de ouro sobre a ordem em que um banco precisa desenvolver e/ou avançar as diferentes capacidades e subcapacidades descritas na CMJ. Um banco pode optar por desenvolver capacidades empresariais em todos os três blocos em paralelo, em sequência ou separadamente. Às vezes, um banco pode tomar uma decisão deliberada sobre por onde começar e como conduzir sua jornada de mitigação das mudanças climática; em outras vezes, as coisas já foram colocadas em movimento em diferentes partes do banco, o que exige a construção de pontes e o preenchimento de lacunas.

As capacidades e subcapacidades descritas na CMJ estão interrelacionadas

Embora a estrutura tenha sido formulada em blocos de capacidades e subcapacidades, é essencial reconhecer a interconectividade e a complementaridade entre essas subcapacidades e as sinergias que existem entre elas. Por exemplo, os avanços na medição de carbono dentro do bloco de capacidades climáticas principais também contribuem para entender os parâmetros de pegada de carbono, que são um passo fundamental para a definição de metas dentro do bloco de capacidades de compromisso e metas. Este exemplo destaca a natureza interconectada da estrutura.

Interrelações com outras áreas de impacto

Todas as capacidades empresariais descritas na CMJ têm interrelações com outras áreas de impacto. Isso significa que qualquer capacidade que um banco desenvolva para em uma área específica descrita na CMJ pode ser relevante para outras áreas de impacto no futuro. Por exemplo, a capacidade de gerenciamento de riscos que um banco desenvolve hoje para avaliar e gerenciar riscos físicos e de transição do ponto de vista da mitigação das mudanças climáticas pode ser usada no futuro para avaliar e gerenciar riscos sociais ou relacionados à natureza. Nesse sentido, a CMJ tem a importância de preparar outras áreas de impacto para o futuro.

Visão geral da Climate Mitigation Journey para os bancos

Há três blocos de capacidades empresariais delineados na CMJ: as **capacidades climáticas principais**, as **capacidades de compromisso e metas** e as **capacidades de implementação**. Dentro desses três blocos de capacidades empresariais, há várias subcapacidades refletidas na CMJ que os bancos devem desenvolver e avançar ao longo do tempo. A CMJ destaca propositadamente as capacidades empresariais, em vez de apresentar uma jornada passo a passo, pois se observa que diferentes bancos progridem de forma diferente em sua abordagem para a mitigação das mudanças climáticas, e até mesmo os pontos de partida de cada um são distintos. Por exemplo, alguns bancos definiram metas de emissões líquidas zero antes da COP26, antes que qualquer parâmetro fosse calculado. Por sua vez, outros bancos preferiram analisar cuidadosamente as metas dos clientes mais importantes de setores cruciais antes de definir uma meta geral de descarbonização para o portfólio. Portanto, a CMJ é dinâmica, foi projetada para ser flexível e se adaptar a abordagens individuais, padrões em constante evolução, metodologias e estruturas que refletem o cenário em constante mudança no qual os bancos operam.

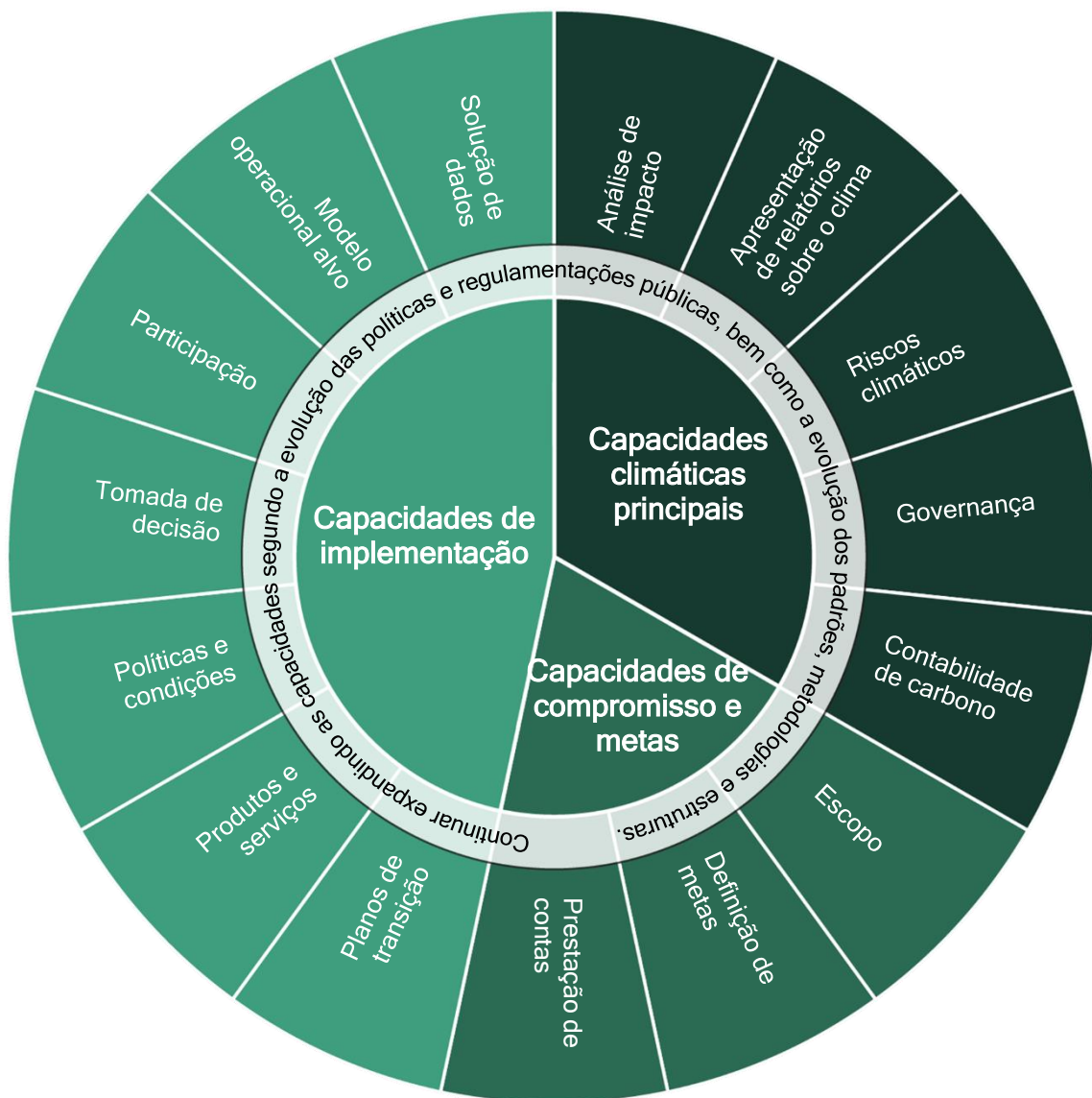







Figura 1: Climate Mitigation Journey (CMJ) para os bancos

Por meio de suas várias iniciativas, como os [Princípios para responsabilidade bancária](#) e seu acelerador climático, a [Aliança Bancária de Emissões Zero](#), bem como seu [Programa de Risco Climático](#), a UNEP FI apoia os bancos com materiais e diretrizes sobre todas as capacidades empresariais descritas na CMJ (consulte o Apêndice 1). Esses recursos, em combinação com as diretrizes voluntárias fornecidas pela [Aliança Financeira de Glasgow para a Neutralidade de Carbono \(GFANZ\)](#) sobre o planejamento e o financiamento de transição e suas análises regionais, oferecem uma base sólida sobre a qual os bancos podem avançar em seu caminho rumo à neutralidade de carbono. Os três blocos de capacidade empresarial descritos na CMJ são discutidos nesta seção, incluindo um mapeamento detalhado de cada capacidade para materiais e diretrizes voluntários fornecidos pela UNEP FI, a GFANZ e outros agentes do ecossistema. Essa discussão inclui exemplos e ilustrações das implicações decorrentes dos diversos níveis de maturidade.

Tabela 1: Visão geral das capacidades climáticas principais

Capacidades climáticas principais	Qual é o propósito?	Exemplo real de um banco avançado
 <p>Análise de impacto</p>	Realizar análises de portfólio em todas as linhas e setores empresariais para reconhecer a dupla materialidade (incluindo materialidade financeira e de impacto) do clima, identificando o clima como uma prioridade estratégica e uma fonte de oportunidades.	Foi feita uma análise de portfólio usando a Ferramentas de Análise de Impacto da UNEP FI para todos os portfólios relevantes (incluindo bancos comerciais, empresariais e de consumo) e identificou a mitigação das mudanças climáticas como uma prioridade estratégica com as áreas de impacto, risco e oportunidade (IRO, na sigla em inglês — ou seja, IROs por materialidade de CSRD), ao mesmo em que se compreendia os impactos (potenciais) em outras áreas de impacto.
 <p>Apresentação de relatórios sobre o clima</p>	Construir uma capacidade de apresentar relatórios climáticos alinhados com os padrões e metodologias globais em constante evolução e os requisitos nacionais de divulgação nos mercados onde opera.	Estabeleceu-se uma capacidade dinâmica de apresentação de relatórios climáticos em consonância com as recomendações do TCFD , ¹ expandindo-a ainda mais ao longo do tempo de acordo com os padrões GRI e os padrões CDP e, eventualmente, alinhando os relatórios climáticos com os padrões ISSB (IFRS1, IFRS2) e a estrutura de divulgação de Basileia III para riscos relacionados ao clima.
 <p>Riscos climáticos</p>	Identificar, avaliar e mitigar os riscos relacionados ao clima (incluindo riscos físicos e de transição) em todas as linhas e setores empresariais, além de desenvolver a capacidade de testar o estresse climático segundo padrões em constante evolução.	Estabeleceu-se uma capacidade de teste de estresse climático para riscos físicos e de transição, cobrindo inicialmente setores com uso intensivo de carbono e, em seguida, ampliando-se para todo o portfólio, aproveitando uma combinação de cenários climáticos da AIE e cenários climáticos da NGFS .
 <p>Governança</p>	Desenvolver capacidades por meio da criação de uma equipe central sobre o clima e começar a incorporar as considerações sobre o clima e as emissões na tomada de decisões e em todas as estruturas de governança interna.	Foi nomeado um Diretor de Sustentabilidade (que reporta ao CEO) e foi criada uma Equipe Climática que ficou responsável pelo conjunto inicial de considerações sobre o clima e as emissões nos principais fóruns internos de governança, incluindo uma atualização dos termos de referência do comitê do conselho e do comitê executivo para incluir o clima.
 <p>Contabilidade de carbono</p>	Medir a pegada de carbono das emissões financiadas em todas as linhas e setores empresariais, segundo a evolução dos padrões de contabilidade de carbono, do desenvolvimento de dados e dos requisitos nacionais.	Uniu-se à Partnership for Carbon Accounting Financials (PCAF) , e usou-se o padrão PCAF para medir sua pegada de carbono de parâmetro da carteira de empréstimos corporativos para alguns setores com uso intensivo de carbono e, em seguida, ampliou-o para todo o portfólio.

Há uma ampla gama de materiais e orientações fornecidos pela [UNEP FI](#) que os bancos podem aproveitar em relação às suas capacidades climáticas principais. É possível também obter recursos e estruturas adicionais por meio de outros agentes do ecossistema, sendo que algumas dessas estruturas são obrigatórias em determinadas jurisdições.

¹ A partir de outubro de 2023, o Conselho de Estabilidade Financeira solicitou à Fundação IFRS que assumisse o monitoramento do progresso das divulgações de dados relacionados ao clima por parte das empresas, de acordo com as normas do ISSB, depois de ter incorporado as recomendações do TCFD.

Tabela 2: Capacidades climáticas principais: materiais e diretrizes (não completos)

Visão geral da Materiais e diretrizes	UNEP FI Materiais e diretrizes	Recursos de outros agentes do ecossistema
Análise de impacto		
<p>A UNEP FI oferece diversas ferramentas para análise de impacto por meio dos Princípios para Responsabilidade Bancária, e também há alguns recursos adicionais de outros agentes que os bancos podem querer aproveitar.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Guia interativo de análise de impacto ▪ Protocolo de impacto ▪ Ferramenta de análise de impacto do portfólio para bancos ▪ Radar de impacto ▪ Casos práticos de análise de impacto 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estrutura harmonizada para apresentação de relatórios de impacto (da Associação Internacional do Mercado de Capitais) ▪ Estrutura conceitual para a contabilidade de impacto (da Value Balancing Alliance)
Apresentação de relatórios sobre o clima		
<p>A UNEP FI oferece vários materiais sobre relatórios climáticos por meio dos Princípios para Responsabilidade Bancária e do Programa de Risco Climático, e também há várias estruturas que os bancos podem aproveitar para apresentar relatórios sobre o clima, considerando os requisitos e mandatos nacionais de divulgação de dados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Princípios para diretrizes bancárias responsáveis ▪ Modelo de apresentação de relatórios dos PRB e autoavaliação ▪ PRB Academy — unidade 2: Riscos e impactos das mudanças climáticas ▪ Como as instituições financeiras podem divulgar melhor os riscos físicos relacionados ao clima ▪ Criação de painéis climáticos para as diretorias dos bancos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação de relatórios sobre sustentabilidade da IFRS (IFRS 1) (IFRS 2) (do Conselho de Normas Internacionais de Sustentabilidade) ▪ Padrões globais de apresentação de relatórios (da Global Reporting Initiative) ▪ Guia de apresentação de relatórios sobre as mudanças climáticas (do CDP) ▪ Força-tarefa de apresentação de relatórios sobre o clima² (do Conselho de Estabilidade Financeira)
Riscos climáticos		
<p>A UNEP FI oferece uma ampla gama de materiais e diretrizes sobre gerenciamento de riscos climáticos por meio do Programa de Risco Climático, e há também vários cenários climáticos e outros recursos disponíveis que os bancos podem aproveitar para gerenciar riscos climáticos e fazer testes de estresse.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Caminhos para Paris: um guia prático para cenários de transição climática para profissionais da área financeira ▪ Avaliação do risco de crédito e das oportunidades em um clima em constante mudança ▪ Mapeamento de metodologias de avaliação de riscos financeiros relacionados ao clima ▪ Guia de boas práticas para testes de estresse climático ▪ Painel de ferramentas sobre riscos climáticos ▪ Resumo do risco setorial: setor imobiliário ▪ Resumo do risco setorial: indústria ▪ Resumo do risco setorial: agricultura ▪ Resumo do risco setorial: petróleo e gás 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cenários climáticos da NGFS (da Network for Greening Financial System) ▪ Cenários climáticos da AIE (da Agência Internacional de Energia) ▪ Análise de cenários climáticos para portfólios de empréstimos corporativos (da PACTA e da 2° Iniciativa de Investimento)

2 A partir de outubro de 2023, o Conselho de Estabilidade Financeira solicitou à Fundação IFRS que assumisse o monitoramento do progresso das divulgações de dados relacionados ao clima por parte das empresas, de acordo com as normas do ISSB, depois de ter incorporado as recomendações do TCFD.

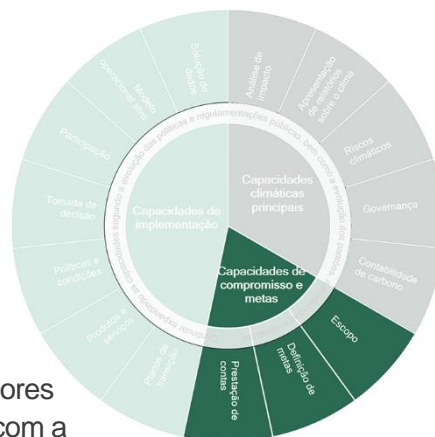
Visão geral da Materiais e diretrizes	UNEP FI Materiais e diretrizes	Recursos de outros agentes do ecossistema
Governança		
<p>A UNEP FI oferece uma ampla gama de materiais e diretrizes sobre governança por meio dos Princípios para Responsabilidade Bancária e do Programa de Risco Climático, e há também alguns recursos adicionais de outros agentes que os bancos podem querer aproveitar.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Princípios para diretrizes bancárias responsáveis ▪ Da divulgação à ação ▪ O panorama das ferramentas de riscos climáticos ▪ Estratégias de liderança para o engajamento dos clientes: avanço nas avaliações relacionadas ao clima ▪ Princípios para integrar a avaliação de riscos físicos e climáticos de transição com exemplos setoriais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Princípios do Equador para Instituições Financeiras (dos Princípios do Equador) ▪ Força-tarefa de apresentação de relatórios sobre o clima³ (do Conselho de Estabilidade Financeira)
Contabilidade de carbono		
<p>A UNEP FI oferece algumas diretrizes sobre contabilidade de carbono por meio dos Princípios para Responsabilidade Bancária e do Programa de Risco Climático, e há também padrões de contabilidade de carbono e fatores de emissões de carbono que os bancos podem aproveitar para fins de contabilidade de carbono, considerando quaisquer requisitos e mandatos nacionais de medição de carbono.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Princípios para diretrizes bancárias responsáveis ▪ PRB Academy—Unidade 4: monitoramento e apresentação de relatórios das emissões de GEE dos bancos e uma convocação para a ação ▪ Exploração de métricas para medir o progresso climático dos bancos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O Protocolo de Gases de Efeito Estufa (do WRI e do WBCSD) ▪ Padrão de contabilidade e apresentação de relatórios para o setor financeiro + PCAF Academy (da Partnership for Carbon Accounting Financials) ▪ Banco de dados de fatores de emissões (do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) ▪ Fatores de emissões (da Agência Internacional de Energia) ▪ Fatores de emissões (do Joint Impact Model)

3 A partir de outubro de 2023, o Conselho de Estabilidade Financeira solicitou à Fundação IFRS que assumisse o monitoramento do progresso das divulgações de dados relacionados ao clima por parte das empresas, de acordo com as normas do ISSB, depois de ter incorporado as recomendações do TCFD.

Capacidades de compromisso e metas




O segundo bloco da CMJ, capacidades de compromisso e metas, trata de como os bancos desenvolvem e comunicam, interna e externamente, suas ambições de emissões líquidas zero e as traduzem em metas mensuráveis. Este bloco envolve a definição de metas de emissões líquidas zero para o banco, bem como metas em todo o portfólio empresarial e operacional, de acordo com as descobertas científicas e as melhores práticas do mercado. Além disso, implica manter o alinhamento com a evolução da ciência, dos panoramas e dos padrões climáticos. As capacidades de compromisso e as metas são cruciais, pois atendem às expectativas de diversas partes interessadas, como reguladores e formuladores de políticas públicas, investidores, clientes e agentes da sociedade civil. Elas demonstram que os bancos estão participando ativamente da Climate Mitigation Journey e assumindo compromissos de curto e longo prazo sobre isso. Estabelecer compromissos e metas é uma maneira de demonstrar as ambições dos bancos e articular suas estratégias para a mitigação das mudanças climáticas. Além disso, esse bloco se beneficia de uma ampla gama de diretrizes externas e práticas recomendadas para estabelecer compromissos e metas de emissões líquidas zero.

Nesse bloco, o desenvolvimento de capacidades é crucial tanto nos níveis mais altos da instituição, para entender e assinar compromissos e metas, quanto em toda a organização, incluindo as equipes setoriais de linha de frente. Às vezes, o compromisso de um banco é firmado pela diretoria e as metas de emissões líquidas zero são definidas pelas equipes de sustentabilidade, que, em seguida, informam à empresa. No entanto, embora essa abordagem seja adotada comumente pelos bancos, continua sendo essencial que toda a organização, independentemente de o compromisso já ter sido assumido ou ainda estar em processo, comece a se empenhar desde o início para entender o impacto dos esforços de redução de carbono. Além das estruturas de compromisso ([Princípios para Responsabilidade Bancária](#)) e seu acelerador climático, a [Aliança Bancária de Emissões Zero](#)) e das [Diretrizes revisadas para a Definição de Metas Climáticas para os Bancos](#), fornecidas pela [UNEP FI](#), esse bloco depende bastante de diretrizes externas, particularmente no que diz respeito ao uso de caminhos setoriais para a definição de metas. Essas diretrizes são fornecidas por organizações como a [Agência Internacional de Energia \(AIE\)](#), a [Rede para Esverdeamento do Sistema Financeiro \(NGFS\)](#) e a [iniciativa de Metas Baseadas na Ciência \(SBTi\)](#), conforme listado na Tabela 4. Os bancos devem desenvolver sua capacidade interna investindo em indivíduos que possuam os conhecimento e a experiência necessários para avaliar os caminhos setoriais, definir metas e entender as implicações de defini-las. Por exemplo, em um banco com uma carteira de empréstimos significativa de clientes do setor de transporte marítimo, pode haver apenas uma pessoa capacitada para avaliar vários caminhos setoriais, como a avaliação dos [Princípios de Possêidon](#) da [Organização Marítima Internacional](#) em comparação com a [definição de metas baseadas na ciência para o setor de transporte marítimo](#) da [SBTi](#). Em alguns casos, os bancos podem não ter ninguém com essa experiência, o que os leva a procurar apoio externo. Apesar da possibilidade de buscar assessoria externa para definir metas, este exemplo ressalta a importância de os bancos cultivarem seu próprio pessoal especializado ao longo do tempo, reconhecendo que a mitigação das mudanças climáticas é um tema de longo prazo.



Para criar uma cultura real de responsabilidade bancária (que inclua tanto esforços ascendentes e descendentes de mitigação das mudanças climáticas), em última instância, é necessário que todas as camadas assumam responsabilidade, depois que um compromisso é assumido. Dentro das capacidades de compromisso e metas, há três subcapacidades distintas que os bancos devem aproveitar. Temos abaixo uma descrição de cada subcapacidade, juntamente com um exemplo real de como um banco avançado abordou cada uma delas.

Tabela 3: Visão geral das capacidades de compromisso e metas

Capacidades de compromisso e metas	Qual é o propósito?	Exemplo real de um banco avançado
 Escopo	Desenvolver um compromisso climático junto à diretoria para alinhar o portfólio e as operações empresariais de neutralidade de carbono aos acordos internacionais sobre o clima (alinhamento com o Acordo de Paris a 1,5 °C) e a evolução da ciência climática.	Tornou-se signatário fundador dos Princípios para Responsabilidade Bancária e seu acelerador climático, a Aliança Bancária de Emissões Zero , assumindo o compromisso junto à diretoria de se alinhar ao Acordo Climático de Paris (1,5 °C) e alcançar a neutralidade de carbono, com base nos resultados da análise de impacto. Comunicou também suas ambições a investidores, clientes e outras partes interessadas.
 Definição de metas	Desenvolver metas provisórias para reduzir as emissões financiadas em todas as linhas e setores empresariais, segundo a evolução da ciência climática, dos cenários e dos caminhos setoriais de redução.	Desenvolveu e anunciou metas provisórias de redução para a carteira de empréstimos corporativos para os setores de petróleo e gás, geração de energia, aviação e setor imobiliário corporativo, aproveitando uma combinação de caminhos de redução setorial fornecidos pela IEA , a SBTi e o CRREM , ao mesmo tempo em que compreendeu as implicações (potenciais) das metas em outras áreas de impacto para esses setores.
 Prestação de contas	Demonstrar constantemente a investidores, clientes e outras partes interessadas o progresso em relação aos compromissos climáticos e às metas provisórias em todo o portfólio empresarial, considerando quaisquer riscos de greenwashing (lavagem verde, em tradução livre).	Conclui o relatório anual dos PRB , bem como um relatório de sustentabilidade que mostra o progresso em relação ao seu compromisso e metas climáticas da NZBA, e também buscou garantia externa para a revisão e validação de suas emissões e metas financiadas calculadas.

Há uma ampla gama de materiais e diretrizes fornecidos pela [UNEP FI](#) que os bancos podem aproveitar em relação às suas capacidades de compromisso e metas. É possível também obter recursos e estruturas adicionais junto a outros agentes do ecossistema, pois esse bloco depende bastante de diretrizes externas, particularmente no que diz respeito ao uso de caminhos setoriais para a definição de metas.

Tabela 4: Capacidades de compromisso e metas: materiais e diretrizes (não completos)

Visão geral dos materiais e diretrizes	Materiais e diretrizes da UNEP FI	Recursos de outros agentes do ecossistema
Escopo		
<p>A UNEP FI oferece as principais estruturas de compromisso do mundo para os bancos por meio dos Princípios para Responsabilidade Bancária e seu acelerador climático, a Aliança Bancária de Emissões Zero, e há também a estrutura de compromisso adicional da SBTi que os bancos podem querer aproveitar.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documento de assinatura dos Princípios para Responsabilidade Bancária ▪ Documento de assinatura da NZBA ▪ Perguntas frequentes sobre o compromisso da NZBA 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Carta de compromisso da SBTi (da iniciativa Science-Based-Targets)
Definição das metas		
<p>A UNEP FI oferece uma ampla gama de materiais e diretrizes sobre a definição de metas por meio dos Princípios para Responsabilidade Bancária e seu acelerador climático, a Aliança Bancária de Emissões Zero, e há também vários cenários climáticos e caminhos setoriais que os bancos podem aproveitar para definir metas, levando em consideração quaisquer requisitos e mandatos setoriais nacionais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fundamentos da definição de metas de mitigação das mudanças climáticas ▪ Diretrizes revisadas para a definição de metas climáticas para os bancos ▪ Perguntas frequentes sobre a definição de metas dos PRB ▪ Notas de apoio às diretrizes da NZBA ▪ O uso de créditos de carbono na definição de metas climáticas ▪ Lista de verificação da NZBA para a divulgação de metas ▪ Definição de metas climáticas para o financiamento do setor imobiliário ▪ Definição de metas climáticas para o financiamento do setor automotivo ▪ Definição de metas climáticas para o financiamento do setor 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cenários climáticos e caminhos setoriais da NGFS (da Network for Greening Financial System) ▪ Cenários climáticos e caminhos setoriais da AIE (da Agência Internacional de Energia) ▪ Caminhos setoriais da SBTi + diretrizes setoriais (da SBTi) ▪ Caminhos setoriais do setor imobiliário (para o financiamento imobiliário, do CRREM) ▪ Roteiros para a neutralidade de carbono na aviação (para o financiamento da aviação, da IATA) ▪ Princípios de Possêdon (para financiamento de navios, da OMI) ▪ Estratégias de transição do aço (para o financiamento do aço, da MPP)
Prestação de contas		
<p>A UNEP FI oferece os principais mecanismos de responsabilidade do mundo para os bancos por meio dos Princípios para Responsabilidade Bancária e seu acelerador climático, a Aliança Bancária de Emissões Zero, e os bancos podem complementar essas capacidades por meio de seus relatórios anuais de sustentabilidade e buscando garantia externa de suas metas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Princípios de governança bancária responsável ▪ Relatório de Progresso dos PRB 2023 ▪ Governança da Aliança Bancária de Emissões Zero ▪ Relatório de progresso da NZBA 2023 ▪ Lista de verificação de divulgação de metas da Aliança Bancária de Emissões Zero ▪ Relatório sobre os PRB 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios anuais de sustentabilidade ▪ Validação externa das metas

Capacidades de implementação

O terceiro bloco da CMJ, capacidades de implementação, aborda como lançar iniciativas de transformação que permitam que os bancos façam uma transição gradual de seus modelos empresariais e operacionais para alcançar a neutralidade de carbono. Este bloco implica o desenvolvimento de estratégias setoriais adaptadas ao portfólio do banco, a construção de planos de financiamento verde/de transição, a redefinição das abordagens de envolvimento dos clientes e a definição de políticas adequadas para alcançar as metas assumidas.






Embora esse bloco seja o mais desafiador, porque implica uma reavaliação abrangente de todo o modelo empresarial e operacional, ele é o que proporcionará maior impacto. Embora algumas unidades menores ou equipes setoriais específicas já possam ter progredido rapidamente nesse bloco, em última instância, o processo de transformação precisa impactar toda a organização, levando a mudanças significativas na forma como o banco mitiga os riscos, gera lucro e promove o crescimento. As capacidades de implementação acabarão por reduzir a pegada de carbono do portfólio de empréstimos do banco, e devem ter como objetivo fazer isso de forma lucrativa.



A implementação atinge claramente todos os departamentos de um banco, e a interação entre a linha de frente e a segunda linha é crucial nesse sentido. Considere-se a agricultura como um componente significativo do portfólio de um banco: nesse cenário, as equipes de linha de frente, de crédito e de risco devem colaborar para estabelecer políticas apropriadas para mitigar os riscos tanto para os clientes quanto para o banco, além de definir estratégias de engajamento e providenciar o financiamento necessário para ajudar os clientes a reduzirem sua pegada de carbono. As equipes de linha de frente devem personalizar sua abordagem de engajamento com base nas políticas acordadas e nos níveis de maturidade dos diversos clientes. Por exemplo, pode-se desenvolver uma árvore de resultados para orientar as decisões sobre a busca de uma estratégia de engajamento gradual quando os clientes não têm planos de transição ou oferecer financiamento de transição para ajudar os clientes em seus esforços de descarbonização, visando as estratégias de descarbonização mais impactantes com base nas melhores práticas do setor. É importante não apenas desenvolver fortes estratégias de engajamento com os clientes atuais, mas também considerar a possibilidade de atrair novos clientes e desenvolver novas fontes de receita, explorando as principais áreas essenciais para a transição para a neutralidade de carbono. As oportunidades de financiamento são significativas (IEA, 2021) tanto para clientes que produzem biocombustíveis avançados como para aqueles que produzem combustíveis sintéticos. Os dados desempenham um papel essencial no apoio às ambiciosas metas climáticas do banco, fundamentando todos os aspectos da estratégia de implementação. Os bancos devem adquirir uma compreensão abrangente dos dados de emissões de seus clientes, avaliando sua qualidade e traçando um percurso, desde os dados aproximados até as medições mais precisas. Isso implicaria a colaboração entre as equipes de linha de frente, a equipe de back-office e as equipes de tecnologia para entender de forma abrangente os processos atuais de coleta de dados, a infraestrutura de tecnologia do banco e os recursos potenciais. É crucial transformar o processo de coleta de dados, especialmente se levarmos em conta que muitos bancos ainda dependem de procedimentos manuais ou semiautomatizados. Embora os casos práticos avançados, como a avaliação de dados de carbono para aprimorar a tomada de decisões de crédito em tempo real, sejam altamente desejáveis para a agenda de emissões líquidas zero, a aplicação deles requer esforço substancial, mas são essenciais para a descarbonização financeira global.



Em última instância, as capacidades de implementação não apenas abordam os desafios de reduzir as emissões financiadas por um banco, mas também revelam oportunidades consideráveis de financiamento sustentável. Dentro desse bloco, há sete subcapacidades distintas que os bancos devem aproveitar. Temos abaixo uma descrição de cada subcapacidade, juntamente com um exemplo real de como um banco avançado abordou cada uma delas.

Tabela 5: Visão geral das capacidades de implementação

Capacidades de implementação	Qual é o propósito?	Exemplo real de um banco avançado
 Planos de transição	Desenvolver estratégias empresariais setoriais (soluções climáticas/clientes alinhados/eliminação gradual gerenciada) para alcançar os compromissos climáticos e as metas provisórias, em alinhamento com a evolução das diretrizes e das melhores práticas, e para aprimorar a mitigação dos riscos físicos e de transição.	Foram desenvolvidos e assinados planos de transição para os quatro setores da carteira de empréstimos corporativos para os quais foram definidas metas (petróleo e gás, geração de energia, aviação e setor imobiliário corporativo), que incluíram políticas de eliminação gradual, financiamento de transição e crescimento de novos clientes, utilizando a orientação voluntária de planejamento de transição da GFANZ .
 Produtos e serviços	Desenvolver propostas de financiamento ecológico/de transição em todas as linhas e setores empresariais, em alinhamento com a evolução das taxonomias nos mercados operacionais, e mobilizar financiamento para iniciativas verdes e de transição para impulsionar o crescimento da receita.	Desenvolveu-se propostas de financiamento verde/de transição inicialmente para os quatro setores da carteira de empréstimos corporativos para os quais foram definidas metas, em alinhamento com a Estrutura de Taxonomia de Finanças Sustentáveis da UE , expandindo-se depois para outros setores e calculando os requisitos de financiamento para cumprir as metas.
 Tomada de decisões	Atualizar o modelo de risco para incorporar os critérios de clima/emissões nos processos de apetite pelo risco, análise de crédito, limites, subscrição, revisão anual, precificação e gerenciamento de portfólio.	Foi incorporada a avaliação dos critérios climáticos diretamente nos modelos de risco de crédito ou como um incentivo para cima ou para baixo das classificações de crédito existentes, e foi criada uma equipe de especialistas para avaliar os clientes com altos riscos relacionados ao clima.
 Políticas e condições	Desenvolver políticas de clima/emissões e termos e condições para clientes e produtos em todas as linhas e setores empresariais, para permitir o alinhamento com os compromissos e as metas climáticas, considerando-se também outras áreas de impacto.	Estabelecer políticas internas de orçamento de carbono em todas as linhas e setores empresariais, incluindo uma política de redução gradual de petróleo e carvão, diferenciada por fonte (por exemplo, areias betuminosas) e hierarquizada ao longo do tempo de acordo com o ciclo de vida do cliente, considerando-se também outras áreas de impacto.
 Participação	Desenvolver planos de engajamento de curto e longo prazo com clientes em todas as linhas e setores empresariais, bem como com agentes e reguladores do setor, para acelerar a ação, conforme necessário.	Desenvolveram-se planos de engajamento personalizados para os clientes bancários corporativos dos quatro setores para os quais foram definidas metas, considerando-se tanto as estratégias específicas de descarbonização relevantes para cada setor, como uma estratégia mais ampla para gerar engajamento com agentes e reguladores do setor.

 Modelo operacional alvo	Desenvolver e implementar um modelo operacional integral para a mitigação das mudanças climáticas, a fim de proporcionar mudanças em equipes, sistemas e processos necessários para a operacionalização da neutralidade de carbono.	Realizou-se uma avaliação de impacto aprofundada em equipes, sistemas e processos. Além disso, desenvolveu-se e fornece atualmente um modelo operacional alvo para a operacionalização da neutralidade de carbono em toda a cadeia de valor bancária.
 Solução de dados	Criar uma solução de dados sobre o clima/emissões para dar apoio a vários casos de uso de dados nas equipes empresariais e operacionais e nas funções corporativas.	Foi construído um utilitário interno de dados de emissões, aproveitando tanto dados de terceiros como de clientes corporativos, o que permite tanto o monitoramento "ex-ante" (decisão de linha de frente) como "ex-post" (elaboração de relatórios).

Há uma ampla gama de materiais e diretrizes voluntários fornecidos pela [UNEP FI](#) e a [GFANZ](#) que os bancos podem aproveitar em relação às suas capacidades de implementação. As diretrizes voluntárias de planejamento de transição e financiamento de transição fornecidas pela GFANZ, bem como suas análises regionais sobre oportunidades de financiamento de transição e eliminação gradual, são particularmente relevantes neste bloco. É possível também obter recursos e estruturas adicionais por meio de outros agentes do ecossistema.

Tabela 6: Capacidades de implementação: materiais e diretrizes (não completos)

	Visão geral dos materiais e diretrizes	Materiais e diretrizes	Recursos de outros agentes do ecossistema
Planos de transição	<p>A UNEP FI e a GFANZ fornecem uma ampla gama de materiais e diretrizes voluntários sobre planos de transição, além de recursos de outros agentes que os bancos também podem querer aproveitar.</p>	<p>UNEP FI</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Guia de financiamento da transição da Aliança Bancária de Emissões Zero ▪ Desenvolvimento de métricas para o financiamento da transição <p>GFANZ</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Planos de transição para a neutralidade de carbono de instituições financeiras ▪ Expectativas para os planos de transição da economia real ▪ Rumo a um parâmetro global para o planejamento de transição à neutralidade de carbono ▪ Escalonamento do financiamento da transição e da descarbonização da economia real ▪ Casos práticos da Ásia-Pacífico sobre os componentes dos planos de transição à neutralidade de carbono ▪ Exemplos de planejamento da transição 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diretrizes do setor sobre os planos de transição + Estrutura de divulgação dos planos (da Força-Tarefa do Plano de Transição) ▪ Transition Pathway Initiative Centre (da London School of Economics and Political Science) ▪ O bom plano de transição (da Climate Safe Lending Network).

	Visão geral dos materiais e diretrizes	Materiais e diretrizes	Recursos de outros agentes do ecossistema
Produtos e serviços			
Tomada de decisões	A UNEP FI e a GFANZ oferecem uma ampla gama de materiais e diretrizes voluntários sobre produtos e serviços, tomada de decisões e políticas e condições. Há também estruturas de taxonomia em evolução e outros recursos que os bancos podem aproveitar, considerando quaisquer requisitos nacionais.	<p>UNEP FI</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação dos Princípios para Responsabilidade Bancária ▪ Guia de financiamento da transição da Aliança Bancária de Emissões Zero ▪ Desenvolvimento de métricas para o financiamento da transição ▪ PRB Academy — Unidade 3: Oportunidades para os bancos apoiarem impactos positivos no clima e na natureza <p>GFANZ</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ações para mobilizar capital para mercados emergentes e economias em desenvolvimento ▪ Financiamento da eliminação gradual gerenciada das usinas a carvão na Ásia-Pacífico ▪ Eliminação gradual gerenciada de ativos de alta emissão 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Taxonomia da UE para atividades sustentáveis (da Comissão Europeia) <ul style="list-style-type: none"> ▪ Diretrizes financeiras para a transição na Ásia (da ACMF) ▪ Diretrizes de financiamento da transição (do Ministério da Economia, Comércio e Indústria do Japão) ▪ Estrutura de transição para o financiamento sustentável (do PNUD) ▪ Kit de ferramentas de financiamento de transição (by da OCDE) ▪ Casos práticos de financiamento verde (da Green Finance Platform) ▪ Casos práticos de financiamento verde (da Green Finance Institute) ▪ Guia de empréstimos sustentáveis (da Loan Market Association) ▪ Manual de financiamento da transição climática (da ICMA) ▪ Padrões e taxonomia de títulos climáticos (da Climate Bonds Initiative) ▪ Financiamento de transição nos mercados de capitais de dívidas (da ICMA)
Políticas e condições			
Participação	A UNEP FI e a GFANZ oferecem diretrizes voluntárias sobre participação, além de recursos de outros agentes que os bancos também podem querer aproveitar.	<p>UNEP FI</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação dos Princípios para Responsabilidade Bancária ▪ Estratégias de liderança para o engajamento dos clientes <p>GFANZ</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Planos de transição para a neutralidade de carbono de instituições financeiras ▪ Ações para mobilizar capital para mercados emergentes e economias em desenvolvimento 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Guia essencial para a interação entre banco e cliente (da Universidade de Cambridge)

	Visão geral dos materiais e diretrizes	Materiais e diretrizes	Recursos de outros agentes do ecossistema
Modelo operacional alvo	<p>A UNEP FI e a GFANZ oferecem diretrizes voluntárias sobre a aplicação operacional prática da neutralidade de carbono, enquanto a GFANZ também apoia a utilidade pública de dados de neutralidade de carbono, que é a primeira base de dados gratuita e acessível do mundo sobre emissões de empresas que os bancos podem usar para aprimorar ou complementar suas soluções de dados internos.</p>	<p>UNEP FI</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação dos Princípios para Responsabilidade Bancária ▪ Painel de ferramentas sobre riscos climáticos <p>GFANZ</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Planos de transição para a neutralidade de carbono de instituições financeiras ▪ Utilidade pública de dados sobre a neutralidade de carbono 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Soluções internas de dados ESG: desenvolvimento de soluções personalizadas de dados de emissões internas e privadas. ▪ Soluções de dados ESG de terceiros: uso de fornecedores externos, incluindo provedores e coletores de dados, para casos de uso de dados sobre emissões ▪ Soluções ESG para clientes: os bancos desenvolvem e criam soluções de dados para que seus próprios clientes meçam sua pegada de carbono.
Solução de dados			

Adoção da Climate Mitigation Journey por parte dos bancos

Uso prático da Climate Mitigation Journey por parte dos bancos

Todos os bancos, independentemente da região e da maturidade climática, podem utilizar a CMJ para fundamentar sua abordagem de descarbonização como considerarem melhor, considerando sua estratégia geral, a combinação de portfólios de clientes e setores, e a maturidade climática. Ainda assim, pode ser interessante descrever alguns casos práticos específicos que abordem os desafios citados nas seções introdutórias deste documento.

Planejamento estratégico

Em primeiro lugar, a CMJ pode ser usada para fins de planejamento de nível executivo, ajudando os bancos a desenvolver planos de longo prazo e estratégias de descarbonização à medida que progridem em suas metas individuais de emissões líquidas zero. A verdadeira vantagem da estrutura está na mudança de mentalidade: antes, adotavam-se iniciativas isoladas e reativas; agora, favorece uma abordagem estratégica, proativa e integral em direção a uma transformação plurianual. Ao estabelecer um roteiro claro para o avanço nos blocos de capacidades e subcapacidades, a estrutura orienta o planejamento de longo prazo e molda o desenvolvimento dessas áreas no futuro — o que capacita os bancos para lidar com a mitigação das mudanças climáticas de maneira bem estruturada e consistente.

Avaliação de maturidade e análise de lacunas

Os bancos podem utilizar a CMJ para avaliar sua posição atual na Climate Mitigation Journey, entendendo seu grau de maturidade em diferentes blocos de capacidades e subcapacidades. Isso pode ajudá-los a entender onde há lacunas em sua abordagem atual e onde há oportunidades potenciais para acelerar a ação. Um banco pode ter maturidade em uma subcapacidade, mas estar atrasado em outra área. Obter uma compreensão clara do ponto de partida é essencial para os bancos avaliarem estrategicamente seus pontos fortes e identificarem áreas de melhoria. Por exemplo, isso pode ajudar a identificar onde reforçar as capacidades internas e onde buscar apoio externo e do setor para desenvolver capacidades-chave. Compreender a maturidade é o passo inicial, mas é vital reconhecer que o progresso e o refinamento abrangentes de todas as subcapacidades serão essenciais em longo prazo.

Diretrizes e adoção de metodologias

Dadas as inúmeras estruturas em constante evolução disponíveis no espaço bancário sobre mitigação das mudanças climáticas, a CMJ pode ajudar os bancos a entenderem a infinidade de órgãos, diretrizes e metodologias disponíveis e como todos se conectam, facilitando assim sua Climate Mitigation Journey. A estrutura oferece uma visão de como navegar pelos blocos de capacidades e subcapacidades em alinhamento com as melhores práticas e os padrões internacionais. Além disso, a CMJ oferece benefícios no avanço da mitigação das mudanças climáticas em escala industrial. O objetivo é promover um entendimento compartilhado e uma abordagem consistente da mitigação das mudanças climáticas no setor bancário, aproveitando e contextualizando uma ampla gama de diretrizes e metodologias, com a esperança de, em última instância, acelerar os esforços globais de descarbonização.

Regionalização

Como mencionado anteriormente, o panorama das iniciativas de mitigação das mudanças climáticas engloba vários órgãos e estruturas. Os bancos devem considerar os componentes regionais e locais nas jurisdições em que operam. A CMJ pode ser usada para ajudar os bancos a identificarem os componentes regionais e locais que impactarão e influenciarão sua Climate Mitigation Journey. A vantagem da estrutura reside na facilidade com que os componentes regionais e locais podem ser mapeados, como a legislação ou as melhores práticas em relação às subcapacidades, conforme demonstrado no Apêndice 2. O mapeamento da CMJ em relação aos componentes regionais e locais pode ajudar os bancos a cumprirem as regulamentações ambientais em constante evolução e a alinhar suas estratégias de descarbonização com os requisitos específicos de cada região. Essa abordagem não só mitiga os riscos, como também posiciona os bancos para contribuir proativamente para o desenvolvimento de padrões de sustentabilidade nos diferentes mercados. Apresentamos abaixo alguns componentes regionais e locais que os bancos devem considerar para cada bloco:

- **capacidades climáticas principais:** neste bloco, os bancos devem refletir sobre as iniciativas políticas e regulatórias regionais e/ou nacionais relacionadas à apresentação de relatórios climáticos, ao gerenciamento de riscos e à contabilidade de carbono, como os requisitos nacionais de divulgação de dados climáticos e de testes de estresse climáticos emitidos pelos bancos centrais, assim como quaisquer diretrizes e/ou mandatos sobre a adoção de padrões de contabilidade de carbono e/ou o uso de fatores nacionais de emissões por parte dos bancos.
- **Capacidades de compromisso e metas:** neste bloco, os bancos devem refletir sobre as iniciativas políticas e regulatórias regionais e/ou nacionais relacionadas à definição de metas e ao alinhamento climático do setor bancário, como diretrizes e/ou mandatos sobre o uso de cenários climáticos e trajetórias setoriais. Os bancos também devem considerar os planos regionais e/ou nacionais em direção à descarbonização, incluindo as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e as políticas nacionais de descarbonização setorial, desde que estejam alinhadas com os compromissos climáticos internacionais e com o meta de 1,5 °C.
- **Capacidades de implementação:** neste bloco, os bancos devem refletir sobre as iniciativas políticas e regulatórias regionais e/ou nacionais relacionadas à implementação, como diretrizes e/ou mandatos sobre a adoção de taxonomias de finanças verdes e a operacionalização da neutralidade de carbono por parte dos bancos. Os bancos também devem levar em conta as oportunidades de financiamento regionais e/ou nacionais e descobrir quais recursos financeiros eles podem acessar junto aos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) regionais e/ou locais.

Desenvolvimento de capacidades

A estrutura da CMJ pode ser usada para aumentar o entendimento interno dos bancos sobre a mitigação das mudanças climáticas e aprimorar as habilidades dos funcionários. À medida que os bancos avançam em direção à neutralidade de carbono, serão necessárias mudanças significativas em toda a sua força de trabalho, tanto em termos de requisitos de conhecimento quanto de experiência. A CMJ pode ser usada como uma ferramenta educacional para elevar o conhecimento dos funcionários sobre a mitigação das mudanças climáticas e destacar como ela afeta todas as dimensões do banco. Ao oferecer aos funcionários o conhecimento e as ferramentas para entender a mitigação das mudanças climáticas e seu impacto no banco e neles mesmos, o banco pode garantir a adesão dos funcionários e assegurar que as equipes certas sejam capacitadas. O desenvolvimento de capacidades é crucial para que os bancos cumpram seus compromissos de emissões líquidas zero, e a CMJ é uma ferramenta que pode ajudar nisso.

Recomendações e próximos passos

Este documento discute alguns dos principais desafios encontrados pelos bancos à medida que buscam desenvolver ou avançar em seu caminho rumo à neutralidade de carbono. Esses desafios incluem a falta de uma narrativa integral universalmente aceita sobre o que a mitigação das mudanças climáticas implica para os bancos, a natureza dinâmica das normas e metodologias em constante evolução, a multiplicidade de estruturas decorrentes de diversos organismos e a integração limitada dos fatores regionais nas estratégias de mitigação.

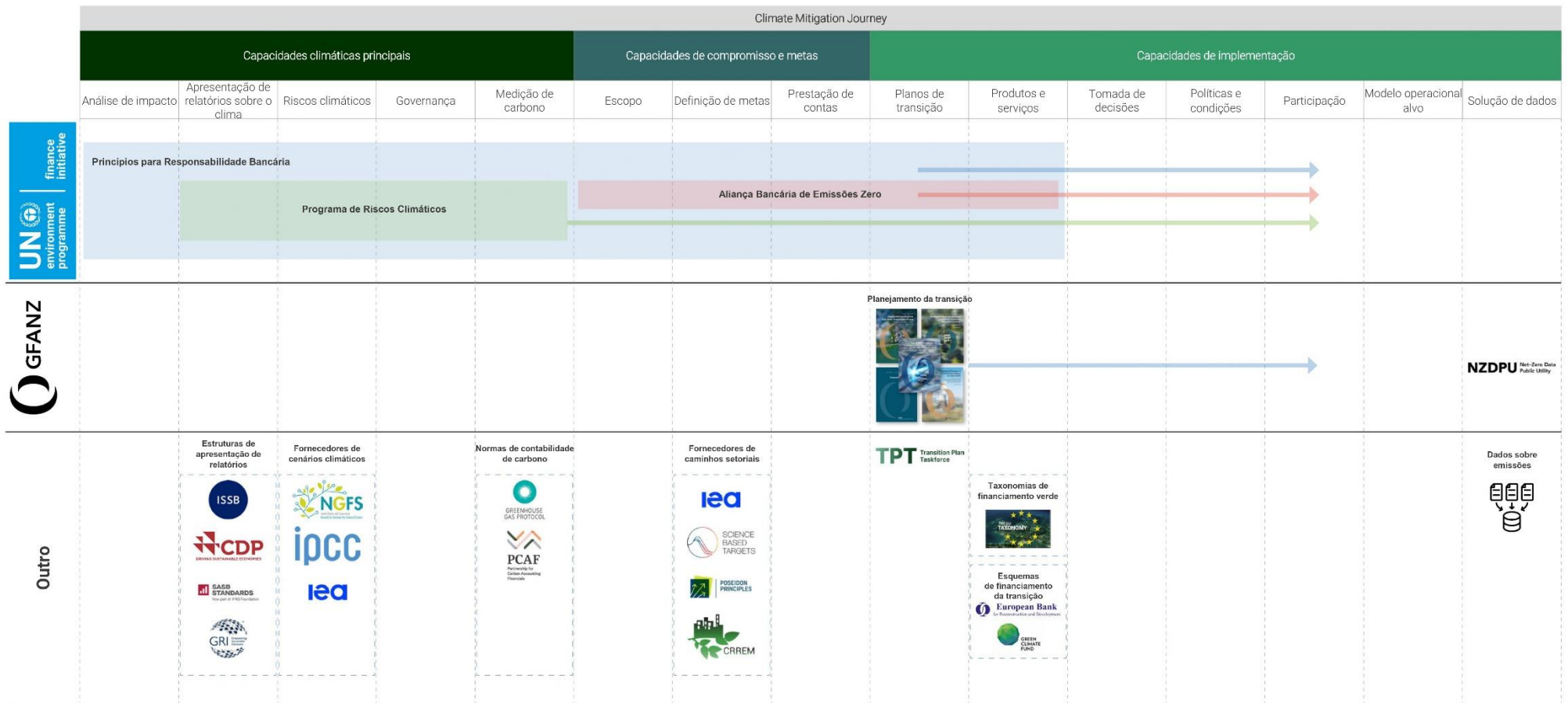
Dados os desafios do setor, é necessário que os bancos adotem uma abordagem que analise como todo o banco precisa se transformar progressivamente. Com base nos [PRB](#), a [UNEP FI](#) desenvolveu a **Climate Mitigation Journey para os bancos**, uma estrutura de estratégia climática que identifica três blocos de capacidades, com subcapacidades dentro de cada um, que os bancos devem considerar desenvolver e avançar ao longo do tempo. As capacidades climáticas principais consistem no desenvolvimento por parte dos bancos das atividades fundamentais de que precisam em relação aos riscos relacionados ao clima e sua medição, contabilidade e reporte. As capacidades de compromisso e metas consistem no desenvolvimento por parte dos bancos das suas ambições individuais de emissões líquidas zero, na definição de metas em seus negócios e portfólios e na demonstração de progresso nessas áreas ao longo do tempo. As capacidades de implementação consistem na operacionalização bem-sucedida por parte dos bancos de sua estratégia individual de emissões líquidas zero em todos os diferentes níveis de sua organização. Todos os três blocos de capacidades são igualmente importantes e proporcionam um guia útil para os bancos desenvolverem suas capacidades empresariais em diferentes aspectos da mitigação das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que oferecem flexibilidade para que os bancos se adaptem ao seu contexto específico. A [UNEP FI](#) usará a CMJ para impulsionar a criação de capacidades climáticas globais com os bancos e se envolver com os atores do ecossistema bancário de emissões líquidas zero em diferentes regiões.

Rumo ao futuro, recomenda-se que os bancos comecem a recorrer à CMJ para fundamentar suas estratégias de descarbonização de curto e longo prazo, idealmente no início de sua Climate Mitigation Journey. Iniciar os esforços cedo, mesmo em regiões com ambientes regulatórios menos desenvolvidos, pode gerar benefícios substanciais no futuro. O documento destacou alguns casos práticos, mas, em última instância, a CMJ pode ajudar os bancos a identificarem oportunidades relacionadas ao clima e a gerenciar eficientemente os riscos relacionados ao clima de forma mais estratégica. Os bancos podem atuar como administradores na transição para a neutralidade de carbono, criando valor não apenas para eles próprios, como também para seus clientes, a sociedade e todas as partes interessadas. No entanto, existem inúmeros desafios, e a CMJ pretende oferecer apoio e orientação para os esforços globais de descarbonização financeira.



Apêndice

O Apêndice 1 ilustra como a UNEP FI, por meio de suas várias iniciativas — a saber, os [Princípios para Responsabilidade Bancária](#) e seu acelerador climático, a [Aliança Bancária de Emissão Zero](#), bem como seu [Programa de Risco Climático](#) — apoia os bancos com materiais e diretrizes em todas as capacidades empresariais descritas na CMJ. Também mostra o ecossistema mais amplo de agentes com os quais os bancos precisam se envolver em vários estágios, à medida que buscam avançar em seu caminho rumo à neutralidade de carbono para além da UNEP FI. Esses agentes são uma mistura de órgãos normativos, fornecedores de estruturas (como cenários climáticos e caminhos setoriais) e fornecedores de diretrizes e/ou recursos de financiamento.



Apêndice 1: Visão ilustrativa do ecossistema bancário de emissões líquidas zero e da CMJ (não completa).

O Apêndice 2 mostra um exemplo dos componentes regionais e nacionais pelos quais os bancos precisam navegar à medida que buscam avançar em seu caminho rumo à neutralidade de carbono. Eles variam de acordo com as jurisdições em termos de profundidade e maturidade, e os bancos que operam em várias jurisdições precisam garantir que estão conforme as iniciativas políticas e regulatórias em constante evolução nessas jurisdições.

Apêndice 2: Exemplo ilustrativo de considerações regionais/nacionais relevantes para a CMJ

Capacidades climáticas principais	Análise de impacto	<ul style="list-style-type: none"> ■ Mandatos nacionais e diretrizes para os bancos sobre a análise de impacto
	Apresentação de relatórios sobre o clima	<ul style="list-style-type: none"> ■ Mandatos nacionais e diretrizes para os bancos sobre a divulgação de dados climáticos ■ Requisitos nacionais de divulgação de dados climáticos
	Riscos climáticos	<ul style="list-style-type: none"> ■ Mandatos nacionais e diretrizes para os bancos sobre os riscos climáticos ■ Requisitos nacionais de teste de estresse climático ■ Cenários climáticos regionais e nacionais ■ Dados e ecossistema de emissões do país
	Governança	<ul style="list-style-type: none"> ■ Mandatos nacionais e diretrizes para os bancos sobre a governança
	Medição de Contabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ■ Mandatos nacionais e diretrizes para os bancos sobre a contabilidade de carbono ■ Fatores de emissões do país ■ Dados e ecossistema de emissões do país
Capacidades de compromissos e metas	Escopo	<ul style="list-style-type: none"> ■ Mandatos nacionais e diretrizes para os bancos sobre ambições ■ Planos de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)
	Definição de metas	<ul style="list-style-type: none"> ■ Mandatos nacionais e diretrizes para os bancos sobre a definição de metas ■ Planos de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) ■ Caminhos setoriais regionais/nacionais ■ Estratégias regionais/nacionais de transição setorial ■ Dados e ecossistema de emissões do país
	Prestação de contas	<ul style="list-style-type: none"> ■ Mandatos nacionais e diretrizes para os bancos sobre a prestação de contas ■ Requisitos nacionais de divulgação de dados climáticos
Capacidades de implementação	Planos de transição	<ul style="list-style-type: none"> ■ Mandatos nacionais e diretrizes para os bancos sobre os planos de transição ■ Planos de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) ■ Caminhos setoriais regionais/nacionais ■ Esquemas regionais/nacionais de financiamento da transição ■ Estratégias regionais/nacionais de transição setorial
	Produtos e serviços	<ul style="list-style-type: none"> ■ Taxonomias regionais/nacionais de financiamento sustentável ■ Esquemas regionais/nacionais de financiamento da transição ■ Esquemas regionais/nacionais de incentivos para os bancos
	Tomada de decisões	<ul style="list-style-type: none"> ■ Mandatos nacionais e diretrizes para os bancos sobre a tomada de decisões
	Políticas e condições	<ul style="list-style-type: none"> ■ Mandatos nacionais e diretrizes para os bancos sobre políticas e condições
	Participação	<ul style="list-style-type: none"> ■ Mandatos nacionais e diretrizes para os bancos sobre o engajamento
	Modelo operacional alvo	<ul style="list-style-type: none"> ■ Mandatos nacionais e diretrizes para os bancos sobre o modelo operacional alvo
	Solução de dados	<ul style="list-style-type: none"> ■ Mandatos nacionais e diretrizes para os bancos sobre a solução de dados ■ Ecossistema e dados de emissões do país

Referências

[accenture.com/content/dam/accenture/final/industry/banking/document/Accenture- Banking-Net-Zero.pdf#zoom=40](https://www.accenture.com/content/dam/accenture/final/industry/banking/document/Accenture-Banking-Net-Zero.pdf#zoom=40)

[accenture.com/content/dam/accenture/final/accenture-com/document-2/Destina-tion-Net-Zero-2023-Report.pdf](https://www.accenture.com/content/dam/accenture/final/accenture-com/document-2/Destina-tion-Net-Zero-2023-Report.pdf)

bankingsupervision.europa.eu/ecb/pub/pdf/ssm.climate_stress_test_report.20220708-2e3cc0999f.en.pdf

[bloomberg.com/professional/blog/green-bonds-reached-new-heights-in-2023/#:~:tex-t=A%20total%20of%20%24190%20billion,bonds%20were%20issued%20in%202021](https://www.bloomberg.com/professional/blog/green-bonds-reached-new-heights-in-2023/#:~:text=A%20total%20of%20%24190%20billion,bonds%20were%20issued%20in%202021)

[cdp.net/en/articles/media/finance-sectors-funded-emissions-over-700-times-greater-than-its-own](https://www.cdp.net/en/articles/media/finance-sectors-funded-emissions-over-700-times-greater-than-its-own)

[efrag.org/Assets/Download?assetUrl=%2Fsites%2Fwebpublishing%2FSiteAssets%2F08%2520Drafft%2520ESRS%2520E1%2520Climate%2520Change%2520November%25202022.pdf&AspxAutoDetectCookieSupport=1](https://www.efrag.org/Assets/Download?assetUrl=%2Fsites%2Fwebpublishing%2FSiteAssets%2F08%2520Drafft%2520ESRS%2520E1%2520Climate%2520Change%2520November%25202022.pdf&AspxAutoDetectCookieSupport=1)

eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32023H1425

[gsi-alliance.org/global-sustainable-investment-review-finds-us30-trillion-invest-ed-in-sustainable-assets/](https://www.gsi-alliance.org/global-sustainable-investment-review-finds-us30-trillion-invest-ed-in-sustainable-assets/)

[iea.org/reports/net-zero-by-2050](https://www.iea.org/reports/net-zero-by-2050)

https://transitiontaskforce.net/wp-content/uploads/2023/10/TPT_Disclosure-frame-work-2023.pdf

[weforum.org/agenda/2023/09/iea-clean-energy-investment-global-warming/](https://www.weforum.org/agenda/2023/09/iea-clean-energy-investment-global-warming/)



**programa
ambiental**

**iniciativa
financeira**

A Iniciativa Financeira do PNUMA reúne uma grande rede de bancos, seguradoras e investidores que, coletivamente, catalisam ações em todo o sistema financeiro para conseguir economias globais mais sustentáveis. Há mais de 30 anos, a iniciativa conecta a ONU com instituições financeiras do mundo todo para moldar a agenda de financiamento sustentável. Ela estabeleceu as principais estruturas de sustentabilidade do mundo que ajudam o setor financeiro a enfrentar os desafios globais ambientais, sociais e de governança (ESG). Convocados por uma secretaria com sede em Genebra, na Suíça, mais de 500 bancos e seguradoras com ativos superiores a US\$ 100 trilhões trabalham juntos para facilitar a implementação dos Princípios para Responsabilidade Bancária e Princípios para Seguros Sustentáveis da UNEP FI. As instituições financeiras colaboram com a UNEP FI de forma voluntária, e a iniciativa as ajuda a aplicar as estruturas do setor e a desenvolver diretrizes e ferramentas práticas para posicionar seus negócios para a transição para uma economia sustentável e inclusiva.

[unepfi.org](https://www.unepfi.org)



[unepfi.org](https://www.unepfi.org)



info@unepfi.org



[/UNEPFinanceInitiative](https://www.facebook.com/UNEPFinanceInitiative)



[Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente](https://www.linkedin.com/company/unepfi)



[@UNEP_FI](https://twitter.com/UNEP_FI)